

EDITORIAL

NOVAS ENERGIAS POPULARES

Na América Latina, o século que adentra insinua novas perspectivas tanto para o grande capital como para as lutas populares. O ponto nevrálgico é o mesmo: a centralidade da energia como motor, força produtiva que mexe nos alicerces profundos das relações sócias. Diante da iminência de esgotamento da energia necessária para a produção, os países do capitalismo central, notadamente os Estados Unidos, cujas reservas de gás e petróleo não passam de 2020, apostam na nova energia, a biomassa, os biocombustíveis, o etanol, o agrodiesel etc. Daí a reorientação do interesse norte-americano para os territórios latino-americanos, em especial o emergente Brasil, numa intensa troca de amabilidades. O novo motor redefine os alicerces do sistema produtivo em geral, mais diretamente o agrário-agrícola. A revolução agrícola da década de 1950 irrompe agora com maior furor.

Os movimentos sociais têm concentrado suas energias no combate a este novo modelo, ocupando usinas de açúcar e álcool e hidrelétricas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem denunciando o uso de produtos agrícolas de países pobres para produzir energia para os ricos, qualificando o etanol como a nova tragédia de um país em que milhões passam fome e que precisa, pois, de soberania para produzir alimentos. No âmbito continental, a Coordenação de Mulheres da Via Campesina Internacional mandou uma mensagem bem clara: “Ou salvamos a terra e nossas sementes ou morremos. Porque camponesas e sementes somos uma unidade. Destruindo uma, destroem ambas”.

É cada vez mais ampla a percepção, por parte dos movimentos sociais e das organizações populares, do desafio imposto pela unificação das lutas. Apesar da diferenciação crescente ao seu interior, o que, não raro, desemboca em ações demasiado localizadas, o atual cenário latino-americano é, provavelmente, o mais favorável das últimas três décadas para a realização de mobilizações conjuntas e de uma resistência articulada e consistente ao capitalismo, agora em sua temporada neoliberal. No Dia Internacional da Mulher, em março, mais de trinta mil pessoas marcharam em São Paulo (SP), sob a coordenação das mulheres brasileiras, para expressar, em nome de quase cem associações de mulheres, seu “repúdio ao imperialismo norte-americano e aos intentos de dividir e dominar os povos”. No dia 23 de maio, sindicatos, estudantes, professores, sem-terra, sem-teto, movimento de mulheres, pastorais sociais e outros segmentos se somaram na Jornada Nacional de Lutas contra o Neoliberalismo.

Assistimos até mesmo o retorno da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao cenário político, ainda que em concorrência com outras centrais (Conlutas e Intersindical, por exemplo) e numa postura marcadamente defensiva de garantia dos direitos (“nenhum direito a menos”). No caso da pretendida reforma trabalhista, os alvos preferenciais são a imposição de uma lei antigreve no serviço público federal e a Emenda 3, que impede a fiscalização

(por parte da Receita Federal e da Previdência Social) de empresas que contratam empregados como se fossem pessoas jurídicas, um evidente malabarismo neoliberal para normatizar a precarização. Vale lembrar que, construída desde março, a mobilização de maio tinha inicialmente uma perspectiva mais contundente, com pautas mais agressivas, a exemplo da exigência de uma reforma agrária imediata.

De todo modo, para setembro prevê-se a realização do plebiscito popular pela anulação do Leilão de Privatização da Vale do Rio Doce (CVRD), que completou dez anos e continua contestada na justiça por mais de cem ações populares. Promovida por Fernando Henrique Cardoso, sob a batuta do então ministro do Planejamento, José Serra, a CVRD, então a segunda maior empresa brasileira, foi vendida por R\$ 3,3 bilhões. Apenas no primeiro trimestre deste ano ela apresentou lucros de mais de R\$ 5 bilhões, o melhor desempenho de uma empresa na América Latina, superando a Petrobrás pela primeira vez na história. Assim, esta campanha se inclui na perspectiva continental de reestatização dos recursos naturais estratégicos, a exemplo do petróleo venezuelano e do gás boliviano. A diferença crucial é que, nestes casos, o processo vem se dando, igualmente por pressão popular, mas num cenário de conquista do poder executivo por forças políticas comprometidas com um maior controle público dos recursos, ao contrário do Brasil, em que o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) confia na chamada Parceria Público-Privada (PPP).

De fato, o governo Lula tem demonstrado sua disposição em flexibilizar o controle público nestas áreas, como se deduz da divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em duas instituições, uma (o antigo Ibama) para cuidar da fiscalização e licenciamento ambiental, outra que será responsável pela gestão das Unidades de Conservação do Meio Ambiente (UCs) federais e pela realização de pesquisas em biodiversidade. Nem o próprio governo fez questão de esconder que tal decisão foi tomada para contornar as dificuldades impostas pelo Ibama para conceder as licenças ambientais dos projetos de infra-estrutura considerados fundamentais para impulsionar o PAC, como as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, cujos investimentos previstos chegam a R\$ 20 bilhões.

Não sem resistência, porém. Além da tumultuada sessão da Câmara dos Deputados que aprovou em junho a Medida Provisória 366/07 criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o governo enfrenta a greve dos servidores do Ibama no país inteiro, numa clara reprovação do ritmo irresponsável de crescimento a todo custo que se quer implantar, já que, neste caso específico, restará um Ibama enfraquecido e pró-licenciamento, concebido para autorizar, aprovar e licenciar tudo, sem incomodar os grandes empresários e interesses políticos que sempre colocam as questões ambientais e sociais em último plano.

De um lado, o país continua desperdiçando suas energias mais preciosas, batendo recordes de superávit primário e sangrado continuamente pelo pagamento dos juros das dívidas externa e interna (cerca de R\$ 50 bilhões

mensais em títulos). A esperança e, em muitos e dolorosos casos, a vida da classe trabalhadora se esvai. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a violência no campo em 2006 indicam que, em linhas gerais, o cenário não se modificou: apesar da redução do número de famílias despejadas e expulsas (pouco mais de 21 mil, contra quase 30 mil em 2005), foram assassinados 39 trabalhadores (um a mais que no ano anterior), com o aumento tanto dos índices de tentativa de assassinatos (72 contra 56) quanto de agressão física (749) e prisões (917), o que confirma o maior grau de criminalização da questão agrária. Na avaliação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Rede Nacional de Advogados Populares (Renap), mais criminalização vem por aí, com a discussão de uma lei antiterror, que é a nova forma utilizada para criminalizar os movimentos sociais. Não esqueçamos que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra de 2005 definiu as ocupações de terra como crime hediondo...

Por outro lado, a retomada do enfrentamento do Estado no primeiro semestre não só aponta um crescimento quantitativo (basta ver as múltiplas greves ocorridas em diversos setores, bem como as ocupações realizadas, especialmente nas reitorias das Universidades paulistas) como, sobretudo, um avanço qualitativo, mediante a disseminação das mobilizações articuladas entre movimentos urbanos e rurais. Tal acúmulo de forças prenuncia novas energias nas lutas populares a serem travadas na segunda metade do ano.

Cadernos do CEAS

PARA LER NOS CADERNOS DO CEAS SOBRE...

MÍDIA

- Rubim, Antonio Albino Canelas. "Movimentos sociais e meios de comunicação na Bahia (1917-1921)". **Cadernos do CEAS**, 61: 30-43. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 1979.
- Gimenez, Gilberto. "Notas para uma Teoria da Comunicação Popular". **Cadernos do CEAS**, 61: 57-61. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 1979.
- Tonucci, Paulo. "Imprensa da Pastoral Popular". **Cadernos do CEAS**, 61: 57-62-69. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 1979.
- "Televisão e capitalismo no Brasil" (resenha). **Cadernos do CEAS**, 87: 71-76. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 1983.
- Tartalha, César. "A estratégia 'global' para dominar o ensino no Brasil". **Cadernos do CEAS**, 96: 72-74. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 1985.

- Lage, Nílson. “Brasil, a nossa próxima atração”. **Cadernos do CEAS**, 96: 74-76. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 1985.
- Tartalha, César. “O Império Roberto Marinho: dinheiro e poder político”. **Cadernos do CEAS**, 96: 76-81. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 1985.
- Rubim, Antonio Albino Canelas. “Democracia, cultura e comunicação”. **Cadernos do CEAS**, 100: 56-62. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1985.
- Rubim, Antonio Albino Canelas e Rubim, Lindinalva Silva Oliveira. “EUA: dominação e comunicação”. **Cadernos do CEAS**, 101: 71-78. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1986.
- Rubim, Antonio Albino Canelas. “Democracia, comunicação e classe trabalhadora”. **Cadernos do CEAS**, 110: 67-71. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jul.-ago., 1987.
- Rubim, Antônio Albino Canelas. “Comunicação e eleições presidenciais”. **Cadernos do CEAS**, 125: 10-15. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1990.
- Rubim, Antonio Albino Canelas. “Comunicação e política” (entrevista). **Cadernos do CEAS**, 135: 6-4. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 1991.
- Rubim, Antonio Albino Canelas. “Democratização, comunicação e política: desafio contemporâneo”. **Cadernos do CEAS**, 137: 70-79. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1992.
- Rubim, Antonio Albino Canelas. “Política em tempos de *media*: impressões de crises”. **Cadernos do CEAS**, 148: 33-47. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1993.
- Vigil, José Ignacio Lopez. “Comunicação popular em tempos neoliberais”. **Cadernos do CEAS**, 150: 55-65. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 1994.
- Rubim, Antônio Albino Canelas. “Mídia, política e eleições brasileiras de 1989 e 1994”. **Cadernos do CEAS**, 154: 72-79. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1994.
- Rubim, Antônio Albino Canelas. “A Bahia, a comunicação e a cultura nos anos 50/60”. **Cadernos do CEAS**, 161: 77-83. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1996.
- Rubim, Antonio Albino Canelas. “A comunicação e a política dos neo-zapatistas”. **Cadernos do CEAS**, 166: 64-85. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1996.

- Carvalho Neto, Joviniano Soares de. "Mídia: poder a ser discutido". **Cadernos do CEAS**, 172: 63-75. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1997.
- Fonseca, Alexandre Brasil. "Evangélicos na TV e no rádio: sua história e perspectivas com a nova política de concessões". **Cadernos do CEAS**, 173: 47-66. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1998.
- Gohn, Maria da Glória. "MST e mídia". **Cadernos do CEAS**, 179: 11-29. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1999.
- Pampaloni, Massimo. "Sentidos midáticos e trilhas de libertação" (resenha). **Cadernos do CEAS**, 179: 63-69. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jan.-fev., 1999.
- Carvalho Neto, Joviniano Soares de. "Mídia: objeto e fonte de poder". **Cadernos do CEAS**, 180: 13-38. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 1999.
- Colling, Leandro. "Decifrando as relações entre mídia e política" (resenha). **Cadernos do CEAS**, 183: 77-80. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 1999.
- Rubim, Antônio Albino Canelas; Barreto Filho, Osvaldo; Nova, Luiz Henrique Sá da; Carneiro, Adriana Jacob e Leal, Cláudio. "O comportamento da mídia nas eleições de 2000 em Salvador". **Cadernos do CEAS**, 196: 85-95. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 2001.
- Martins, Antonio e Cué, Reynaldo. "Cinco histórias venezuelanas: nos relatos publicados pela imprensa independente, lições da insurreição popular" (relato). **Cadernos do CEAS**, 199: 91-97. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2002.
- Carvalho Neto, Joviniano Soares de. "Efeitos políticos *da e sobre* a mídia impressa: a necessidade de adaptar paradigmas e teorias de análise". **Cadernos do CEAS**, 201: 55-74. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 2002.